20ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

4ª Sessão Legislativa

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXXV FLORIANÓPOLIS, 26 DE MARÇO DE 2026 NÚMERO 9.010

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Fernando Krelling
1° VICE-PRESIDENTE

Padre Pedro Baldissera
2° VICE-PRESIDENTE

Ana Campagnolo
1ª SECRETÁRIA

Jair Miotto
2° SECRETÁRIO

Lucas Neves
3° SECRETÁRIO

Oscar Gutz
4° SECRETÁRIO

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO POR SANTA CATARINA
UB/PSD/PRD
Líder: Napoleão Bernardes
UB Sérgio Guimarães
PSD Napoleão Bernardes
PRD Junior Cardoso

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL DEMOCRÁTICO
MDB/PSDB
Líder: Antídio Lunelli
MDB Volnei Weber
PSDB Vicente Caropreso

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS
Líder: Paulinha
PODEMOS Camilo Martins
NOVO Matheus Cadorin
REPUBLICANOS Sergio Motta

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRACIA, INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE
PT/PSOL
Líder: Fabiano da Luz
PT Fabiano da Luz
PSOL Marquito

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PDT
Líder: Rodrigo Minotto

PARTIDO LIBERAL
PL
Líder: Marcius Machado

PARTIDO PROGRESSISTA
PP
Líder: José Milton Scheffer

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSAO DE CONSTITUIÇAO E JUSTIÇA
Pepê Collaço - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Alex Brasil
Fabiano da Luz
Maurício Peixer
Matheus Cadorin
Mauro De Nadal
Napoleão Bernardes
Volnei Weber

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Paulinha - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Fabiano da Luz
Marcos Vieira
Pepê Collaço
Sargento Lima
Sérgio Guimarães
Tiago Zilli

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Antídio Lunelli
Camilo Martins
Marcos da Rosa
Jessé Lopes
José Milton Scheffer
Mário Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Ivan Naatz - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Luciane Carminatti
Mário Motta
Maurício Peixer
Rodrigo Minotto
Sérgio Guimarães
Tiago Zilli

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Jessé Lopes - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Marcos da Rosa
Paulinha
Pepê Collaço
Tiago Zilli

COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Altair Silva - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Camilo Martins
Marcos Vieira
Mário Motta
Mauro De Nadal
Nilso Berlanda

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA
Junior Cardoso - Presidente
Nilso Berlanda - Vice-Presidente
Jessé Lopes
Marquito
Mauro De Nadal
Pepê Collaço
Sergio Motta

COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA
Volnei Weber - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Altair Silva
Camilo Martins
Fabiano da Luz
Maurício Eskudlark
Maurício Peixer

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Luciane Carminatti - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Alex Brasil
Camilo Martins
Ivan Naatz
Marquito
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE SAÚDE
Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Junior Cardoso
Maurício Eskudlark
Maurício Peixer
Paulinha

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Matheus Cadorin - Presidente
Marcos da Rosa - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Fabiano da Luz
Nilso Berlanda
Pepê Collaço
Tiago Zilli

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Antídio Lunelli - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Alex Brasil
Junior Cardoso
Matheus Cadorin
Rodrigo Minotto
Sargento Lima

COMISSÃO DE TURISMO
Carlos Humberto - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Alex Brasil
Marquito
Paulinha
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Marquito - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Altair Silva
Carlos Humberto
Ivan Naatz
Matheus Cadorin
Napoleão Bernardes

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA
José Milton Scheffer - Presidente
Maurício Peixer - Vice-Presidente
Emerson Stein
Junior Cardoso
Marquito
Paulinha
Sargento Lima

COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Mário Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Sargento Lima
Marcius Machado
Rodrigo Minotto
Sergio Motta
Emerson Stein

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL E DESASTRES NATURAIS
Sérgio Guimarães - Presidente
Nilso Berlanda - Vice-Presidente
Altair Silva
Volnei Weber
Marquito
Matheus Cadorin
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Dr. Vicente Caropreso - Presidente
Marcos da Rosa - Vice-Presidente
Camilo Martins
Ivan Naatz
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti
Sargento Lima

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Rodrigo Minotto - Presidente
Camilo Martins - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Emerson Stein
Junior Cardoso
Maurício Peixer
Neodi Saretta

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS
Marcos da Rosa - Presidente
Sergio Motta - Vice-Presidente
Antídio Lunelli
José Milton Scheffer
Marcius Machado
Marquito
Alex Brasil

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Sergio Motta - Presidente
Alex Brasil - Vice-Presidente
Altair Silva
Emerson Stein
Junior Cardoso
Maurício Peixer
Neodi Saretta

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
Tiago Zilli - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Ivan Naatz
Marquito
Matheus Cadorin
Nilso Berlanda
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER
Camilo Martins - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Marcius Machado
Marquito
Mauro De Nadal
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE PROTEÇÃO, DEFESA E BEM-ESTAR ANIMAL
Marcius Machado - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Altair Silva
Antídio Lunelli
Fabiano da Luz
Sargento Lima
Sergio Motta

Diretoria Legislativa
Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006
Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente:
II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009)
Evandro Carlos dos Santos
Diretor

Coordenadoria de Publicação
Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente:
VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim;
X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa.
Edson José Firmino
Coordenador

Diário da Assembleia
Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009
Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br
Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider
Avenida Mauro Ramos, 300
CEP 88020-300 – Florianópolis - SC

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXIV
NESTA EDIÇÃO: 29 PÁGINAS

Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.

ÍNDICE

CADERNO LEGISLATIVO 2
ATAS 2
SESSÃO PLENÁRIA 2
COMISSÕES PERMANENTES 5
REDAÇÕES FINAIS 18
REDAÇÕES FINAIS 18
CADERNO ADMINISTRATIVO .. 21
GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS 21
PORTARIAS 21
EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 22
AVISOS DE LICITAÇÃO 22
EXTRATOS 26

CADERNO LEGISLATIVO

ATAS

SESSÃO PLENÁRIA

ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil - Altair Silva - Ana Campagnolo - Antídio Lunelli - Camilo Martins - Carlos Humberto - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Jair Miotto - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Oscar Gutz - Pepê Collaço - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Tiago Zilli - Volnei Weber.
PRESIDÊNCIA - Deputado Jair Miotto
Deputado Oscar Gutz

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

****

Breves Comunicações

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

****

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Comunicou que, durante reunião ordinária da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, foram recebidos dois médicos convidados para tratar sobre o câncer de intestino, também conhecido como câncer colorretal. Destacou que o mês de março é dedicado à conscientização sobre a doença, conforme legislação estadual, e ressaltou a importância de ampliar o debate e as ações de prevenção.

Relatou que, durante a exposição, os especialistas enfatizaram a relevância da realização de exames preventivos e do diagnóstico precoce, esclarecendo que determinados procedimentos permitem não apenas identificar alterações, mas também realizar intervenções imediatas, como a retirada de pólipos, contribuindo para a redução dos riscos da doença.

Mencionou ainda dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA), que estimam cerca de 2.500 novos casos anuais em Santa Catarina, além de aproximadamente 983 óbitos registrados no último ano no Estado, números que reforçam a necessidade de ampliar o acesso aos exames e fortalecer as políticas de prevenção.

Na oportunidade, também fez referência ao dia 4 de março, data dedicada à conscientização sobre a obesidade. Pontuou que a condição é reconhecida como uma doença crônica, complexa e multifatorial, que exige mudanças no estilo de vida, acompanhamento profissional e políticas públicas voltadas à prevenção e ao tratamento.

Por fim, alertou que dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional indicam que cerca de 69% dos adultos acompanhados pela rede pública em Santa Catarina apresentam sobrepeso ou obesidade, ressaltando a importância de ampliar as ações de conscientização e prevenção no âmbito da saúde pública. *[Taquigrafia: Milyane]*

****

Ordem do Dia

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0268/2025, de autoria da Comissão de Finanças e Tributação, que altera o art. 7° da Lei n° 19.395, de 2025, que dispõe sobre a concessão de isenção e redução de base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas saídas dos insumos agropecuários que especifica e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da Comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n.0793/2025, de autoria do Deputado Alex Brasil, que declara de utilidade pública da Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer, de São José, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0031/2026, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que solicita a Secretária de Estado da Educação informações sobre a cobrança de valor pela Cooperativa Escolar do CEDUP Abílio Paulo, no Município de Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0032/2026, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca da emenda impositiva n°1736/2024

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0064/2026, de autoria do Deputado Marcos da Rosa, manifestando ao Diretor-presidente da ANATEL, apelo pela instalação de uma torre de telefonia móvel no bairro Franz Volles, localizado no Município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0066/2026, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando aos Policiais Militares Cabo Felipe Rodrigues Moreira e o Soldado Giancarlo Teixeira de Campos, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0067/2026, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando aos Policiais Militares 1° Sargento Jair Eugênio Verrel e 3° Sargento Deonemar, por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0068/2026, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando aos Policiais Militares Sargento Vettori e Sargento Figueiredo, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0069/2026, de autoria do Deputado Carlos Humberto, manifestando aos policiais militares Cabo Diego Moreira Lopes, Cabo Iuriatty Maciel Boeri, Soldado Pedro Henrique da Rocha, e Soldado Geovane Harenas Bellin, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0070/2026, de autoria do Deputado Alex Brasil, manifestando aos Policiais Militares Cleiton Anderson Miranda, Messias Duarte, Diogo Borges de Borba, Heliton José Teixeira aplauso por ato de bravura

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0071/2026, de autoria do Deputado Sargento Lima, manifestando aos Policiais Militares Sargento Tavares, Cabo Morais, Cabo Ricardo, Soldado Oliveira, Soldado Tavares e ao Soldado Marcon, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0108/2026, de autoria do Deputado Junior Cardoso; e 0109/2026, de autoria do Deputado Alex Brasil.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos números: 0355 a 0441.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sílvia]*

****

Explicação Pessoal

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) - Ocupou a tribuna para falar de um tema institucional, que é a fiscalização e transparência como instrumentos efetivos da gestão pública. Disse que assumiu o seu mandato com o compromisso de fiscalizar com método, responsabilidade e base técnica, por um dever constitucional. Destacou que sua equipe realizou um levantamento completo de todos os contratos de obras em andamento da Secretaria de Educação de Santa Catarina, os dados foram cruzados, organizadas planilhas, cronogramas financeiros, e em maio de 2023 foi lançado um painel público denominado Educação Nota Dez, que ficou à disposição de todos. (Exibiu no telão do Plenário o painel dos contratos de obras em andamento). Salientou que atualmente temos 328 contratos estaduais em escolas, o que mostra visibilidade, organização e controle, sendo que apenas 58% destes contratos foram executados, que também solicitou à Secretaria de Saúde dados sobre obras. Concluiu dizendo que o nível de detalhamento qualifica o debate e reforça o controle social, pois o planejamento, transparência e monitoramento permanente são instrumentos de melhoria. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) - Criticou a comemoração do Governo Federal pelo recorde de pagamento do Bolsa Família e de outros benefícios, afirmando sentir vergonha por ter pessoas na sociedade brasileira dependendo do Estado para sobreviver. Considerou uma humilhação a esmola dada para que as pessoas possam ter gás dentro de suas casas. Salientou que, nas eleições de 2026, o Estado catarinense deve servir de exemplo para o Brasil para se livrar de governos que aprisionam as pessoas no passado e no subdesenvolvimento. Afirmou que o Estado existe para servir à sociedade, e que são os cidadãos que devem dizer a ele o que pode e o que não pode fazer.

Deputado Jair Miotto (Aparteante) - Corroborou a fala do deputado. Enfatizou que a melhor política social é o emprego, é a pessoa empreender, é crescer. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, às 14h, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]

COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 25 de Junho de 2025, às 11 horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões N° 02 e por videoconferência, sob presidência do Senhor Deputado José Milton Scheffer e vice presidência do Senhor Deputado Maurício Peixer, os demais deputados membros: Deputada Dirce Heiderscheidt, Deputado Marquito e Deputado Sargento Lima. Justificadas as ausências do Deputado Junior Cardoso, conforme Ofício Interno

n° 1782881/2025 e da Deputada Paulinha, conforme Ofício Interno n° 1784985/2025. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 4ª reunião ordinária da Comissão de Pesca e Aquicultura, colocando em discussão e votação da ata da 3ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que foi aprovada. Dando prosseguimento a pauta, e atendendo ao RCC/0158/2025, de autoria do Senhor Deputado Marcos José de Abreu - Marquito, participaram da reunião os Senhores Jean Ricardo Antunes, Superintendente Federal da Pesca e Aquicultura em Santa Catarina, o Senhor Ivo da Silva, Presidente da Federação de Pescadores de Santa Catarina, de forma remota, as Senhoras Rafaela Passarone e Ynes Alves Araújo, técnicas do Ministério da Pesca, o Senhor Marcelo, Presidente do Instituto Anjos do Mar, o Senhor Sandro, Coordenador do Fórum de Pescadores, o Senhor Adriano, ex-secretário de Pesca de Florianópolis, e o Senhor João Vitor, Chefe do Serviço de Superintendência de Pesca. O Senhor Jean Ricardo Antunes apresentou as ações do Ministério da Pesca e Aquicultura voltadas ao Estado, como a proposta de incluir o pescado na merenda escolar. A comissão avaliou os impactos de dois programas: PREPS (Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite), alvo de críticas por exigir rastreamento em embarcações artesanais de pequeno porte, especialmente na pesca do camarão sete-barbas e o PROPESC (Programa Nacional de Regularização de Embarcações de Pesca) elogiado por vistoriar mais de 2 mil embarcações e oferecer capacitação gratuita. O Senhor Ivo da Silva, presidente da Federação dos Pescadores de SC (Fapesc) salientou que exigência do PREPS para embarcações artesanais pode afetar mais de mil embarcações, gerando insegurança e ameaça o sustento de muitas famílias. O Senhor Deputado Marquito, manifestou que é preciso ouvir os pescadores e construir soluções conjuntas, pois o PREPS, da forma como está, penaliza quem menos tem condições de se adequar. A Senhora Rafaela Passarone, Técnica do Ministério da Pesca, comentou sobre o programa de rastreamento PREPS (Programa Nacionalde Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite) informando que estão sendo estudadas adaptações tecnológicas que tornem viável o monitoramento de embarcações menores. Finalizando a reunião, o Senhor Presidente fez o seguinte encaminhamento: realização de um Seminário Estadual para aprofundar o debate e buscar políticas públicas mais justas para o setor, com o objetivo de reunir representantes do Governo Estadual e Federal, incluir lideranças da pesca artesanal e industrial, debater políticas públicas para o setor e buscar soluções conjuntas para os desafios enfrentados, especialmente os relacionados ao PREPS e ao PROPESC. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e demais participantes, e encerrou a reunião, da qual eu, Luciana Garcia Winck, Gerente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reunião das Comissões, 25 de junho de 2025.

Deputado **José Milton Scheffer**

Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura

Processo SEI 26.0.000013673-4

_____ * * * _____

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 15 de outubro de 2025, às 11h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Sargento Lima, Vice-Presidente da Comissão, os membros da Comissão: Deputado Jessé Lopes, Deputado Tiago Zilli e Deputado Jair Miotto Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente abriu a 1ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Comissão de Segurança Pública, cumprimentando os presentes, e submetendo à apreciação a ata da 6ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 20ª, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente procedeu à leitura do relatório, a pedido do Deputado Jessé Lopes, que participava da reunião de forma remota, ao PLC./0018/2025, de autoria do Governador do Estado, que “Altera a Lei Complementar n° 724, de 2018, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC), altera a Lei Complementar n° 582, de 2012, que fixa o efetivo máximo do CBMSC, e estabelece outras providências”, com voto pela aprovação da matéria com a emenda modificativa apresentada pelo Poder Executivo que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente consultou os presentes sobre a inclusão extrapauta do PL./0260/2023, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Altera o caput do art. 3° da Lei n° 12.854, de 2003, que "Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais",

para o fim de adequá-lo às modificações introduzidas pela Lei n° 18.646, de 2023, que "Altera a Lei Complementar n° 741, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências". Não havendo objeção, o Senhor Presidente passou a palavra para o relator da matéria, Deputado Jair Miotto, que procedeu à leitura do relatório e voto, o fazendo pela aprovação da matéria com emenda substitutiva global, e, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Guilherme Pereira Sonaglio, Assessor de Comissão Permanente, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado **Sargento Lima**

Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Processo SEI 26.0.000013676-9

_____ * * * _____

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA.

No dia 28 de outubro de 2025, às 11h30, em cumprimento dos artigos 133 e 136, do Regimento Interno Resolução n° 001/2025, que instituiu o Programa Alesc Itinerante, reuniram-se no EXPOCENTRO de Balneário Camboriú, sob a presidência do Senhor Deputado Junior Cardoso e vice-presidência do Senhor Deputado Nilso Berlanda, os demais Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Mauro de Nadal, Deputado Pepê Collaço, Deputado Marquito e Deputado Jessé Lopes. Ausência justificada do Deputado Sergio Motta, conforme Ofício Interno n°2004469/2025/GAB-DEP-SERGIO MOTTA. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente abriu a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Família, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 7ª Reunião Ordinária que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente informou o recebimento do seguinte documento: Ofício n. 65/2025 do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM/SC com as Moções de Repúdio e Reivindicação (Moção 13; Moção 14; Moção 20; Moção 21) oriundas da 5ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina (5ª CEPM) realizada de 27 a 28 de agosto de 2025 em Florianópolis. Ato contínuo, foi perguntado aos senhores Deputados membros a possibilidade de incluir extrapauta o RCC/0333/2025, de autoria do Deputado Marquito, requerendo apoio institucional da Comissão de Direitos Humanos para a realização de oficinas sobre o combate à violência contra a mulher em Santa Catarina. Não havendo objeção, foi colocado em discussão e votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Continuadamente, em atenção à Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Pepê Collaço para a leitura do relatório e voto do PL./0284/2025, de autoria do Deputado Junior Cardoso, que "declara de utilidade pública a Associação Razões para Recomeçar, de Camboriú e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade."; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra para a Sra. Mariana Wasconcellos, substituindo a Sra. Priscila Fernanda de Camargo do Instituto de Amparo as Crianças com Câncer e Vulnerabilidade Social, a fim de explanar e divulgar as atividades da entidade que faz em prol da sociedade catarinense. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos membros e encerrou a reunião. E, para constar, eu, Evita de Oliveira Peron, Assessora de Comissão Permanente, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reunião das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Deputado **Junior Cardoso**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Família

Processo SEI 26.0.000013655-6

_____ * * * _____

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 12 de novembro de 2025, às 10 horas, em cumprimento aos artigos 133 §1° e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado José Milton Scheffer, os Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Antídio Lunelli, substituindo o Deputado Adilson Girardi, conforme

Ofício Interno n° 203041/2025, Deputado Napoleão Bernardes, substituindo o Deputado Junior Cardoso, conforme Ofício Interno n° 2030160/2025 e Deputado Sargento Lima. Ausência justificada da Deputada Paulinha, conforme Ofício Interno n° 2031765/2025. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 5ª Reunião Ordinária, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Pesca e Aquicultura da 3ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Senhor Presidente passou à apreciação dos requerimentos. Inicialmente, foi deliberado o RCC/0344/2025, de autoria da Deputada Paulinha, requerendo "a realização de Audiência Pública para discutir a situação crítica das Guias de Correntes - Moles da Barra - do Canal do Linguado, principal via de acesso ao mar para a comunidade pesqueira e turística de Balneário Barra do Sul"; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi apreciado o RCC/0338/2025, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, requerendo "a realização de Reunião com Convidados para esclarecimento sobre a inclusão da tilápia como espécie exótica invasora"; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Durante as discussões, o Senhor Deputado Sargento Lima manifestou preocupação com a recente importação de 24 toneladas de tilápia vietnamita, destacando os impactos à piscicultura nacional e à economia catarinense. O Senhor Presidente reforçou a importância de ações conjunta entre os órgãos de governo e o setor produtivo, destacando que Santa Catarina é o quarto maior produtor nacional de tilápia. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou a retirada de pauta do RCC/0274/2025, de autoria do Deputado Marquito, para discussão posterior. Na sequência, foi apreciado o PL./0627/2025, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que "Institui a Festa Estadual da Tilápia, no Município de Armazém, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.531, de 2022, que 'Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado'". O relator, Deputado José Milton Scheffer, apresentou relatório favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos convidados, e encerrou a reunião, da qual eu, Luciana Garcia Winck, Secretária de Comissão Permanente, lavrei o presente Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2025.

Deputado **José Milton Scheffer**

Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura

Processo SEI 26.0.000013674-2

_____ * * * _____

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 9 de dezembro de 2025, às 10 horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Ivan Naatz e Vice-Presidência da Deputada Paulinha, os demais Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Dr. Vicente Caropreso, Deputado Mário Motta, Deputado Maurício Peixer, Deputado Rodrigo Minotto e Deputado Tiago Zilli. Justificadas as ausências da Deputada Luciane Carminatti conforme, Ofício Interno N° 1039/2025, e Deputado Sérgio Guimarães, conforme Ofício Interno N° 2085677/2025. Havendo quórum regimental, a Senhor Presidente declarou aberta a 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, cumprimentando os presentes. Dando início à Ordem do Dia, a Senhor Presidente passou à apreciação do PL./0510/2024, de Autoria do Deputado Camilo Martins, que altera o art. 115 da Lei n° 17.292, de 2017, que "Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência", para determinar a disponibilização de portarias prioritárias para as pessoas com deficiência em eventos realizados no Estado de Santa Catarina, exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, a Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Dr. Vicente Caropreso para a devolução de vistas do PL./0477/2024, de autoria do Deputado Alex Brasil, que disponibiliza na rede pública de saúde do Estado de Santa Catarina, o exame de sangue CPK aos recém-nascidos, para diagnosticar a Distrofia Muscular de Duchenne, exarou parecer favorável, com emenda substitutiva global. Colocado em votação o relatório com parecer favorável do Deputado Maurício Peixer por maioria, com votos contrários do Deputado Dr. Vicente Caropreso e Deputada Paulinha. O Senhor Deputado Dr. Vicente Caropreso relatou também o PL./0252/2025, de autoria do Deputado Marcius Machado, que dispõe sobre a cooperação mútua para a instalação

de Estações de Recarga de Veículos Elétricos, denominadas eletropostos, nas dependências dos postos da Polícia Militar Rodoviária do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências, exarou parecer favorável nos termos da Emenda Substitutiva Global apresentada, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Maurício Peixer para a relatoria das seguintes matérias: PL./0595/2025, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que declara de utilidade pública o Instituto Catarina Brasilis, de Corupá e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública Estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade, exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; PL./0160/2024, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que estabelece a Política Estadual para compras governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária - Compra Coletiva/SC, exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; e PL./0180/2023, autoria da Deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre a implantação das técnicas de Justiça Restaurativa na resolução dos conflitos ocorridos nas escolas da rede pública estadual de educação, exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente efetuou a leitura do relatório do Deputado Tiago Zilli referente ao PL./0065/2025, de autoria do Deputado Junior Cardoso, que institui o Programa de Intercâmbio Estudantil, destinado aos alunos da rede pública estadual de ensino, e dá outras providências, com parecer favorável, que, posto em votação e discussão foi aprovado por unanimidade; e PL./0673/2025, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que declara de utilidade pública a Associação de Catadores e Recicladores de Desenvolvimento Eco Sustentável - ACREDES, de Porto União, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título com parecer favorável, que, posto em votação e discussão foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado José Milton Scheffer para apresentação do relatório do Deputado Sérgio Guimarães referente ao PL./0063/2025, de autoria do Deputado Lucas Neves, que institui o Programa Estadual de Climatização nas Escolas e dá outras providências, com parecer favorável, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, Ato contínuo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Mário Motta para relatoria do PL./0358/2025, de autoria do Deputado Oscar Gutz, que institui o programa Leito Garantido, com a finalidade da contratualização preventiva de leitos hospitalares com a rede privada, em caso de alta ocupação da rede pública estadual, e dá outras providências, exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra a Deputada Paulinha para relatoria das seguintes matérias: PL./0508/2024, de autoria do Deputado Sérgio Guimarães, que dispõe sobre o direito de pessoas com diabetes mellitus, que faça uso regular de insulina, portar alimentos e materiais necessários para o controle da glicemia, em todas as etapas de provas de concursos públicos, vestibulares, exames de órgãos de classe e similares, realizados no Estado de Santa Catarina, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0341/2024, de autoria do Deputada Luciane Carminatti, que altera os artigos 1° e 4° Lei n° 10.567, de 07 novembro de 1997, que "dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos aos doadores de sangue, de medula e de leite humano e adota outras providências", exarou parecer favorável. Ato contínuo, o Senhor Deputado Maurício Peixer apresentou voto divergente pela rejeição da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com votos contrários da Deputada Paulinha, do Deputado Rodrigo Minotto e Deputado Dr. Vicente Caropreso; PL./0519/2024, de autoria do Deputado Marcos da Rosa, que dispõe sobre a adaptação da alimentação escolar e outras medidas inclusivas para estudos apresentados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), dislexia e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) nas instituições de ensino público e privado do Estado de Santa Catarina e dá outras providências, exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação foi rejeitado por maioria; PL./0519/2024, de autoria do Deputado Marcos da Rosa, que dispõe sobre a adaptação da alimentação escolar e outras medidas inclusivas para estudos apresentados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), dislexia e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) nas instituições de ensino público e privado do Estado de Santa Catarina e dá outras providências, exarou parecer favorável na forma da emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Rodrigo Minotto para a relatoria extrapauta do PL./0884/2024, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que

institui o Programa de Valorização dos Hospitais - PVH no âmbito do estado de Santa Catarina e dá outras providências, exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Vicente Caropreso para a relatoria, extrapauta, do PL./0411/2025, de autoria do Deputado Tiago Zilli que declara de utilidade pública a Associação do Bairro Sambaqui (ABS), de Florianópolis, e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade, exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e deixando a reunião em aberto para o caso de necessidade de votação de mais alguma matéria, da qual eu, Roberto Curcio, Assessor da Comissão Permanente, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Plenário Deputado Osni Régis, 09 de dezembro de 2025

Deputado **Ivan Naatz**

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Processo SEI 26.0.000010138-8

_____ * * * _____

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 09 de dezembro de 2025, às 13 horas e 30 minutos, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Mário Motta e Vice-Presidência do Senhor Deputado Fabiano da Luz, os Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Alex Brasil, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Marcius Machado e Deputado Rodrigo Minotto. Ausência justificada do Deputado Sérgio Motta, conforme Ofício Interno n° 2082268/2025/GAB-DEP-SERGIO MOTTA. Ausência dos Deputados Emerson Stein e Volnei Weber. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 10ª Reunião Ordinária, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 9ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou à deliberação das proposições constantes na pauta. O Deputado Alex Brasil relatou o PL./0486/2025, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que “Institui o Dia Livre de Impostos e altera o Anexo Único da Lei n° 18.531, de 2022, que ‘Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado’”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente avocou a relatoria do PL./0759/2025, de autoria do Deputado Oscar Gutz, que “Proíbe a reconstituição de leite em pó de origem importada para comercialização como leite fluido no Estado de Santa Catarina e estabelece providências correlatas”; exarou parecer favorável à aprovação na forma da emenda substitutiva global apresentada pelo autor, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e demais presentes, e encerrou a reunião, da qual eu, Fausto Izar Barbosa, Assessor de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2025.

Deputado **Mário Motta**

Presidente da Comissão dos Direitos do Consumidor e do Contribuinte e de Legislação Participativa

Processo SEI 26.0.000013670-0

_____ * * * _____

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 09 de dezembro de 2025, às 17 horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões N° 01 e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Jessé Lopes, os senhores membros da Comissão de Segurança Pública: Deputada Paulinha, Deputado Tiago Zilli, Deputado Sargento Lima e Deputado Jair Miotto. Ausência justificada do Senhor Deputado Pepê Collaço, conforme Ofício Interno n. 2095597/2025.

Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 8ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Comissão de Segurança Pública, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 7ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, com concordância dos presentes, o Senhor Presidente submeteu a discussão conjunta os seguintes requerimentos: RCC/0324/2025, de autoria do Deputado Jessé Lopes, requerendo a realização de audiência pública na Associação Empresarial de Criciúma - ACIC, objetivando discutir a ocorrência e o aumento de frequência de furtos de fios elétricos e medidas de controle, e RCC/0259/2025, de autoria do Deputado Sargento Lima, requerendo a expedição de convite à Perita-Geral da Polícia Científica para comparecer em reunião da Comissão e dispor sobre o trabalho da corporação. Não havendo discussão, o Senhor Presidente submeteu os requerimentos a votação conjunta, sendo ambos aprovados por unanimidade. Prosseguindo à ordem do dia, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Sargento Lima para a apresentação de suas relatorias. O Senhor Deputado Sargento Lima procedeu à leitura do relatório e voto ao PL./0143/2025, de autoria do Governador do Estado, que “Denomina "Cabo PM Marcelo Rodrigo de Camargo Sene" o 3° Grupo do 2° Pelotão da 3ª Companhia do 1° Batalhão de Polícia Militar Rodoviária, com sede no Município de Taió”, manifestando-se pela aprovação da matéria. Não havendo discussão, o parecer foi submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Deputado Sargento Lima procedeu à leitura do relatório e voto ao PL./0102/2025, de autoria do Deputado Alex Brasil, que “dispõe sobre a obrigatoriedade do Estado em capacitar agentes de segurança pública para a comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais - Libras - e dá outras providências”, emitindo parecer pela aprovação da matéria. Colocado em discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Deputado Sargento Lima procedeu à leitura do relatório e voto ao PL./0443/2024, de autoria do Deputado Alex Brasil, que “dispõe sobre a criação do Cadastro Estadual de Crimes Hediondos, Feminicídio e Homicídios Praticados contra Agentes de Segurança Pública e dá outras providências”, emitindo parecer pela aprovação da matéria que, submetido a discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Deputado Sargento Lima procedeu à leitura do relatório e voto ao PL./0144/2025, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Denomina "2° Sargento PM Manoel Jailson Adriano" o 3° Grupo do 2° Pelotão da 2ª Companhia do 1° Batalhão de Polícia Militar Rodoviária, com sede no Município de Lauro Müller”, emitindo parecer pela aprovação da matéria que, submetido a discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade à ordem do dia, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Tiago Zilli, que cumprimentou a todos e procedeu à leitura do relatório e voto ao PL./0636/2025, de autoria do Senhor Deputado Mário Motta, que “dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas a pessoas envolvidas em brigas generalizadas relacionadas a eventos esportivos, realizadas dentro ou no entorno de estádios, ginásios, arenas e demais locais destinados à prática e ao acompanhamento de atividades esportivas no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências”, o fazendo pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Deputado Tiago Zilli procedeu à leitura do relatório e voto ao PL./0617/2025, de autoria do Senhor Deputado Jair Miotto, que “declara de utilidade pública a Associação dos Bombeiros Comunitários de Quilombo e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021”, o fazendo pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade à ordem do dia, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Jair Miotto, que procedeu à leitura do relatório e voto ao PL./0686/2025, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “denomina "Coronel PM Américo Silveira d'Ávila" o 11° Comando Regional de Polícia Militar, com sede no Município de São José”, emitindo parecer pela aprovação da matéria que, submetido a discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Deputado Jair Miotto procedeu à leitura do relatório e voto ao PL./0551/2024, de autoria do Senhor Deputado Jessé Lopes, que “denomina "Unidade de Segurança Máxima Andrey Bohn" a Unidade de Segurança Máxima de Santa Catarina, situada no Município de São Cristóvão do Sul, e altera o Anexo Único da Lei n° 16.720, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”, o fazendo pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Deputado Jair Miotto procedeu à leitura do relatório e voto ao PL./0575/2025, de autoria do Senhor Deputado Sargento Lima, que “institui o Dia Estadual do Veterano e altera o Anexo Único da Lei n° 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina, para incluir a referida data no Calendário Oficial do Estado”, o fazendo pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade à ordem do dia, o Senhor Presidente passou a palavra à Senhora Deputada Paulinha, que procedeu à leitura extrapauta, com concordância dos presentes, do seu

relatório e voto ao PL./0597/2025, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Denomina Policial Penal Leonardo Steil a Base Operacional do Grupo Tático de Intervenção, com sede no Complexo Penitenciário do Estado, localizado no Município de São Pedro de Alcântara”, o fazendo pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Dando sequência à ordem do dia, o Senhor Presidente procedeu à leitura do relatório e voto ao PL./0379/2024, de autoria do Senhor Deputado Antídio Lunelli, que “Dispõe sobre a certificação social aos bingos beneficentes comunitários organizados em caráter eventual para entidades assistenciais de caridade, filantrópicas, comunitárias ou religiosas, sem fins lucrativos e comerciais no Estado de Santa Catarina”, o fazendo pela aprovação da matéria que, submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a todos pela presença e declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Guilherme Pereira Sonaglio, Assessor de Comissão Permanente, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado **Jessé Lopes**

Presidente da Comissão de Segurança Pública

Processo SEI 26.0.000013679-3

_____ * * * _____

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA.

No dia 10 de dezembro de 2025, às 11h, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Camilo Martins, os Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Carlos Humberto, Deputado Marquito, Deputado Rodrigo Minotto e Deputado Mário Motta. Ausências justificadas do Senhor Deputado Marcius Machado, conforme Ofício Interno n° 2087195/2025 e do Senhor Deputado Mauro De Nadal, conforme justificativa n° 2083137/2025. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Esportes e Lazer da 3ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, saudando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 10ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, passou-se à discussão e votação dos pareceres. O Senhor Deputado Carlos Humberto relatou o PL./0782/2025, de autoria do Deputado Mauro De Nadal, que declara de utilidade pública a DS Team Associação Sócio-Esportiva, de São José, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito de Santa Catarina, exarou parecer favorável, o qual, submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu à leitura do relatório e voto do PLC/0001/2025, de autoria do Deputado Camilo Martins, sob a relatoria do Deputado Rodrigo Minotto, que altera a Lei Complementar n° 831, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Universidade Gratuita, e a Lei n° 18.672, de 2023, que institui o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) e a assistência financeira para o pagamento de mensalidades de cursos de graduação e pós-graduação. O relator exarou parecer favorável, aprovado por unanimidade após discussão e votação. Ato contínuo, o Deputado Carlos Humberto solicitou a inclusão extrapauta do PL./0482/2025, de autoria do Deputado Sargento Lima, que institui o Dia Estadual do CAC (Caçador, Atirador e Colecionador) e altera o Anexo Único da Lei n° 18.531, de 2022, para inclusão da referida data no Calendário Oficial do Estado. Com a concordância dos demais parlamentares, exarou parecer favorável, que, submetido à discussão e votação, foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Marquito. Em seguida, o Deputado Marquito solicitou a inclusão extrapauta do PL./0636/2025, de autoria do Deputado Mário Motta, que dispõe sobre penalidades a indivíduos que participem de brigas generalizadas em decorrência de eventos esportivos, dentro ou fora de estádios, ginásios ou outros locais destinados à prática esportiva. Com a anuência dos parlamentares, exarou parecer favorável, aprovado por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente relatou, em bloco, três projetos de lei: o PL./0625/2025, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que declara de utilidade pública a Associação Craques da Ilha, de São Francisco do Sul; o PL./0703/2025, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva João Pessoa, de Jaraguá do Sul; ambos sob sua relatoria; e o PL./0746/2026, de autoria do Deputado Alex Brasil, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Incentivo ao Esporte e Cultura de Santa Catarina (ABIESC), de Florianópolis, sob a relatoria do Deputado Marcius Machado. Todos alteram o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021. Os pareceres foram favoráveis e, submetidos à discussão e votação em

bloco, aprovados por unanimidade. Por fim, o Senhor Presidente realizou a leitura do relatório e voto do PL./0873/2025, de autoria do Deputado Mauro De Nadal, sob a relatoria do Deputado Marcius Machado, que altera o art. 1° da Lei n° 13.622, de 19 de dezembro de 2005, para vedar a participação de atletas registrados em entidades de administração esportiva nacional ou internacional não sediadas no Estado de Santa Catarina. O parecer favorável foi aprovado por unanimidade, após discussão e votação. Sem mais matérias a serem apreciadas, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos presentes. Não havendo manifestações, agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Tatiane Mariza de Souto, Assessora Técnica de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2025.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Esportes e Lazer

Processo SEI 26.0.000013669-6

_____ * * * _____

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA.

No dia 10 de dezembro de 2025, às 13h30, em cumprimento dos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Junior Cardoso e vice-presidência do Senhor Deputado Nilso Berlanda, os demais Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Marquito, Deputado Pepê Collaço e Deputado Jessé Lopes. Ausência do Deputado Mauro De Nadal, conforme Ofício Interno n°2087312/2025/GAB-DEP-MAURO DE NADAL e do Deputado Sérgio Motta, conforme Ofício Interno n° 2086067/2025/ GAB-DEP-SERGIO MOTTA. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente abriu a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Família, cumprimentando todos os presentes. De início, o Senhor Presidente informou o recebimento do Ofício n. 1575/2025 da Câmara de Vereadores de Joinville que encaminha a Moção n. 723/2025 que apela ao Governo do Estado de Santa Catarina e à Assembleia Legislativa de Santa Catarina para que promova amplo debate a fim de assegurar que toda genitora e toda criança tenham seu direito à vida e a um atendimento digno e seguro. Ato contínuo, em atenção à Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou a relatoria do PL./0036/2025, de autoria do Deputado Camilo Martins, que "Institui o "Programa Cuidando de quem Cuida", voltado a atenção e orientação das mães atípicas, no estado de Santa Catarina e dá outras providências"; exarou parecer favorável e, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo em seguida, com a concordância dos Deputados Membros da Comissão, foi pautado o PL./0889/2025, de autoria do Deputado Júlio Garcia, que “Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de declarar de utilidade pública estadual a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PARCEIROS DA VIDA - SC, de Criciúma”; exarou parecer favorável e, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Continuamente, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Marquito que fez a leitura do relatório e voto do PL./0302/2025, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que "Institui o piso salarial para os Conselheiros Tutelares no âmbito do Estado de Santa Catarina"; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Seguidamente, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Nilso Berlanda que fez a leitura do relatório e voto do PL./0692/2025, de autoria do Deputado Jair Miotto, que "Altera a Lei n° 11.189, de 02 de outubro de 1999, que "Dispõe sobre o acesso de ministro de cultos religiosos e de seus prepostos nas entidades que menciona e estabelece outras providências"; exarou parecer favorável e posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos membros e encerrou a reunião. E, para constar, eu, Evita de Oliveira Peron, Assessora de Comissão Permanente, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reunião das Comissões, 10 de dezembro de 2025.

Deputado **Junior Cardoso**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Família

Processo SEI 26.0.000013659-9

_____ * * * _____

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia três de março de dois mil e vinte seis, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do regimento interno, sob a Presidência do senhor Deputado Marcos Vieira, reuniram-se, os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antídio Lunelli, Camilo Martins, Marcos da Rosa e Mário Motta. Os Deputados Alex Brasil e Maurício Peixer, Substituirão os Deputados Sargento Lima e Jesse Lopes. Os Deputados José Milton Scheffer e Luciane Carminatti justificaram suas ausências mediante ofícios. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente iniciou a reunião, submetendo à apreciação, as Atas da 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Finanças, realizada em 10/12/2025, da 1ª Reunião Conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Comissão de Transportes e Infraestrutura, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizada em 09/12/2025 e da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças e Tributação que em votação foram aprovadas por unanimidades. Em seguida, o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o Deputado Marcos Vieira relatou a MPV/0268/2025, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 7° da Lei n° 19.395, de 2025, que dispõe sobre a concessão de isenção e redução de base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas saídas dos insumos agropecuários que especifica e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável à medida, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Deputado Marcos Vieira relatou o PL./0006/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóveis no Município de Abelardo Luz, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Marcos Vieira relatou extra pauta o PL./0766/2025, de autoria do Deputado Sérgio Motta, que Dispõe sobre a política de fornecimento gratuito do medicamento Tirzepatida a pacientes com obesidade grau III no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi cedido vista ao Deputado Jessé Lopes. O Deputado Mário Motta relatou o PL./0409/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas aquisições de embarcações e produtos destinados à pesca artesanal, praticadas por pescadores profissionais, no âmbito do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao Deputado Jessé Lopes. O Deputado Mário Motta relatou extra pauta o PL./0639/2025 de autoria do Governador de Estado, que Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Lages. Seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Antídio Lunelli relatou extra pauta o PL./0208/2025, de autoria da Deputada Paulinha, que cria a Central de Videochamada em Libras e outros recursos de linguagem, escrita e visual, para acesso a serviços públicos, seu parecer foi pelo diligenciamento do projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião.

Sala das Comissões 3 de março de 2026.

Deputado **Marcos Vieira**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Processo SEI 26.0.000013689-0

_____ * * * _____

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 11 de março, às 13h40, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Sergio Motta, os deputados membros da Comissão: Deputado Neodi Saretta, Deputado Emerson Stein, e Deputado Junior Cardoso. Justificada a ausência do Deputado Alex Brasil, por meio do SEI n° 2188715/2026; do Deputado Altair Silva, por meio do SEI n° 2190619/2026, e do Deputado Maurício Peixer, por meio do SEI n° 2190355/2026. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente submeteu à apreciação a ata da 4ª reunião ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. Em atenção à Ordem do Dia, o Senhor Presidente fez a leitura do **RCC/0035/2026**, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que requer a realização de um seminário regional com o tema “A Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa”, em conjunto com

a Escola do Legislativo. O referido seminário, se aprovado, será realizado no Município de Xanxerê.; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Débora Vieira da Cruz, Assessora Técnica de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 11 de março de 2026.

Deputado **Sergio Motta**

Presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa

Processo SEI 26.0.000013704-8

_____ * * * _____

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA.

Às quatorze horas do dia onze de março de dois mil e vinte seis, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do regimento interno, sob a Presidência do senhor Deputado Marcos Vieira, reuniram-se, os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Luciane Carminatti, Marcos da Rosa, e Sargento Lima. Os Deputados Antídio Lunelli, Camilo Martins e Jessé Lopes foram substituídos pelos Deputados Emerson Stein, Mateus Cadorin e Maurício Peixer. O Deputado José Milton Scheffer e O Deputado Mário Motta justificaram suas ausências. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente iniciou a reunião. Em seguida, a Deputada Luciane Carminatti passou a relatar o PLC/0002/2026, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 1° da Lei Complementar n° 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião.Sala das Comissões, 11 de março de 2026.

Deputado **Marcos Vieira**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Processo SEI 26.0.000013692-0

_____ * * * _____

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 17 de março de dois mil e vinte e seis, às 9h, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Pepê Collaço e vice-presidência do Senhor Deputado Rodrigo Minotto, os demais senhores Deputados-Membros da Comissão: Deputado Fabiano da Luz, Deputado Maurício Peixer, Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Mauro de Nadal, Deputado Alex Brasil e Deputado Matheus Cadorin. Ausência justificada do Deputado Volnei Weber, conforme ofício n° 2197202/2026. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente Deputado Pepê Collaço declarou aberta a reunião, submetendo à apreciação a ata da 4ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura que foi aprovada por unanimidade. Dando início a Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Mauro de Nadal que relatou as seguintes matérias: PL./0909/2025, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Acrescenta art. 3°-C à Lei n° 12.854, que ‘Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais’, para dispor sobre a esterilização cirúrgica de animais em situação de rua”. Apresentou requerimento de apensamento ao Projeto de Lei n° 0687/2025, de autoria do Deputado Junior Cardoso, que “Institui o Código Estadual de Proteção e Bem-Estar Animal de Santa Catarina e dá outras providências”, para que tramitem conjuntamente, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0019/2026, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóveis no Município de Dionísio Cerqueira”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0066/2026, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza a doação de imóveis no Município de Iraceminha”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após, foi passada a palavra ao Deputado Matheus Cadorin, que relatou as seguintes matérias: PL./0821/2025, de autoria da Deputada Paulinha, que “Institui o Programa Estadual de Apoio às Instituições Sem Fins Lucrativos de Proteção Animal no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0859/2025, de autoria do Deputado Mário Motta, que “Institui a

Política Estadual de Educação Digital (PEED), no âmbito do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências". Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, para que traga aos autos a manifestação da Secretaria de Estado da Educação (SED) e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI), que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0772/2025, de autoria do Deputado Alex Brasil, que "Confere a designação oficial de 'Microrregião Catarinense da Música Eletrônica" aos Municípios de Camboriú, Balneário Camboriú e Itajaí e altera o Anexo Único da Lei n° 16.722, de 2015, que 'Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios catarinenses'". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Fabiano da Luz, relatou as seguintes matérias: PL./0829/2025, de autoria do Deputado Adilson Girardi, que "Dispõe sobre o Programa Estadual Rotas Rurais de Santa Catarina, que institui o Endereçamento Rural Digital (ERD- SC) para imóveis localizados em áreas rurais do Estado, e dá outras providências". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0843/2025, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes, que "Altera a Lei n° 18.278, de 2021, para declarar de utilidade pública o Foro da Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí Açú". Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0857/2025, de autoria do Deputado Marquito, que "Declara de utilidade pública o Instituto Socioambiental da Praia do Santinho (ISAS), de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina'". Apresentou requerimento de diligência interna, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Maurício Peixer, que relatou as seguintes matérias: MSV/1603/2026, de autoria do Governador do Estado, que "Veto Parcial ao Projeto de Lei n° 0182/2023, de autoria do Senhor Deputado Carlos Humberto, que 'Dispõe sobre a proibição da 'prática de doutrinação política e ideológica em sala de aula' nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina'". Exarou parecer pela manutenção do veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0059/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Institui o Disque Denúncia Animal, canal oficial de atendimento simplificado para o recebimento de denúncias de maustratos e outras formas de violência contra animais no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências". Apresentou requerimento de diligência a Casa Civil colha a manifestação da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Procuradoria-Geral do Estado, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0774/2025, de autoria da Deputada Paulinha, que "Dispõe sobre a garantia de acompanhamento por ambos os pais ou responsáveis legais a pacientes menores de idade durante consultas nas unidades de saúde das redes pública e privada no Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Maurício Peixer requereu a inclusão extrapauta do PL./0257/2025, de autoria do Deputado Pepê Collaço, que "Altera o art. 10 da Lei n° 18.334, de 2022, que institui o Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FUNDO SOCIAL), para permitir a destinação alternativa de recursos vinculados a benefícios fiscais à instalação de sistemas fotovoltaicos em hospitais filantrópicos", que, após aprovada a inclusão extrapauta, foi posto em discussão e votação, o parecer favorável à emenda substitutiva global, o qual foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi passada a palavra ao Deputado Napoleão Bernardes, que relatou as seguintes matérias: PL./0732/2025, de autoria do Deputado Volnei Weber, que "Declara de utilidade pública à Stabile Associação Parkinson Sul, com sede no Município de Criciúma/SC e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina' para fazer constar nele o nome de tal entidade". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0247/2025, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que "Altera a Lei n° 7.543, de 1988, que "Institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências", para isentar do imposto os veículos automotores híbridos que especifica". Apresentou requerimento de diligência à SEF/SC - Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina; à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE/SC); e à Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina (PGE/SC); que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0028/2025, de autoria do Deputado Sérgio Guimarães, que "Institui políticas públicas de apoio aos pacientes portadores da Doença de Parkinson no estado de Santa Catarina e dá outras providências". Exarou parecer favorável à emenda substitutiva global e à subemenda modificativa, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, foi passada a palavra ao Deputado Alex Brasil, que relatou as seguintes matérias: PL./0047/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Institui a Rota Turística do Circuito Princesa da Serra, na região serrana do Estado de Santa Catarina e dá outras providência". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado

por unanimidade. PL./0001/2026, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que “Declara a Escola Bíblica Dominical Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina, e altera o Anexo I da Lei n° 17.565, de 2018, que ‘Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina’".Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0041/2026, de autoria do Deputado Maurício Peixer, que “Declara de utilidade pública o Instituto Bike Ação e Cultura, de Joinville altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0040/2026, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que “Declara de utilidade pública o Clube Esportivo Sab Vôlei Santa Catarina, de Itajaí, e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0697/2025, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que “Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Cultural Matakiterani, do município de Lages”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a palavra foi passada ao Deputado Rodrigo Minotto, que relatou as seguintes matérias: PL./0010/2026, de autoria do Deputado Mário Motta, que “Altera os arts. 30 e 34 da Lei n° 12.854, de 22 de dezembro de 2003, Código Estadual de Proteção aos Animais, para enrijecer as penalidades administrativas nos casos de maus-tratos com responsabilização dos responsáveis legais de menores ou incapazes, e dá outras providências, a ser conhecida como Lei ‘Orelha’". Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Maurício Peixer. PL./0614/2025, de autoria do Deputado Carlos Humberto, que “Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Aconchego de Penha e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após a relatoria dos demais membros, o Presidente Deputado Pepê Collaço passou a relatar as seguintes matérias: PLC/0001/2026, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “Altera o art. 107 da Lei Complementar n° 202, de 2000, que ‘Institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências’". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0065/2026, de autoria do Governador do Estado, que “Altera os Anexos III e VII da Lei Complementar n° 668, de 2015, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, instituído pela Lei Complementar n° 1.139, de 1992, e estabelece outras providências”. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0078/2025, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Dispõe sobre a flexibilização do uso de meias em brinquedos de recreação de solo acolchoado para pessoas com transtorno do espectro autista e outras condições que envolvam hipersensibilidade sensorial no Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável à emenda modificativa apresentada pelo Deputado Sargento Lima na Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0085/2026, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que “Reconhece o Município de Papanduva como Capital Catarinense do Pirogue e altera o Anexo Único da Lei n° 16.722, de 2015, que ‘Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios catarinenses’". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Pepê Collaço requereu a inclusão extrapauta do PL./0121/2026, de autoria do Deputado Sérgio Motta, que “Concede o título de Cidadão Catarinense a Kleiton Rosa Borges”, que, após aprovada a inclusão extrapauta, foi posto em discussão e votação, o parecer favorável à emenda substitutiva global, o qual foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Senhor Presidente convocou a próxima reunião para dia regimental às 10h, a ser realizada no município de Curitibanos. Em seguida, agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Valdemar Machado Neto, Coordenador das Comissões, lavrei a ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Deputado **Pepê Collaço**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Processo SEI 26.0.000013687-4

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N° 334/2024

O inciso VIII do art. 4° do Projeto de Lei n° 334/2024 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4°.....

VIII - promover a realização de eventos voltados à divulgação do potencial do setor de games, entre eles, congressos técnico-científicos, eventos desportivos e feiras de negócios voltados ao ecossistema da indústria de games e entretenimento digital."

Sala das Comissões,

Deputado **Matheus Cadorin**

Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 334/2024

Institui o Programa Santa Catarina Games e Entretenimento Digital - SC GAMES.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1° Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Programa Santa Catarina Games e Entretenimento Digital - SC GAMES.

Art. 2° Consideram-se *games*, para fins desta Lei, os jogos digitais que envolvem interação por meio de interface com o usuário para gerar retornos sensoriais por meio de dispositivos apropriados, em geral de caráter visual e auditivo.

Parágrafo único. Enquadram-se nesta categoria os jogos eletrônicos para consoles, dispositivos móveis, computadores, robótica desportiva, TV digital, *internet* e *streaming*.

Art. 3° Considera-se entretenimento digital, para fins desta Lei, as atividades geradoras de produtos digitais destinados ao entretenimento.

Art. 4° São objetivos do Programa Santa Catarina Games e Entretenimento Digital - SC GAMES:

I - fomentar o desenvolvimento do setor de *games* e entretenimento digital no Estado;

II - preparar recursos humanos para atuação neste setor;

III - divulgar nacional e internacionalmente os produtos e serviços catarinenses produzidos neste segmento da economia, a indústria de *games* e seus derivados;

IV - articular ações dos diversos órgãos de governo em prol da consecução dos objetivos relacionados nesta Lei;

V - provocar a participação das empresas catarinenses deste setor no mercado nacional e no exterior;

VI - fomentar a implantação de condomínios de empresas, incubadoras, polos tecnológicos e aglomerados produtivos locais voltados para este setor econômico;

VII - estimular a capacitação de recursos humanos para o setor, em especial à população em risco de exclusão social;

VIII - promover a realização de eventos voltados à divulgação do potencial do setor de *games*, entre eles, congressos técnico-científicos, eventos desportivos e feiras de negócios voltados ao ecossistema da indústria de *games* e entretenimento digital;

IX - estimular a articulação entre as instituições de ensino e pesquisa, institutos de ciência e tecnologia, setores produtivos e o seu intercâmbio com instituições de pesquisa de outros estados brasileiros e do exterior, nas áreas afetas a este setor econômico; e

X - divulgar nacional e internacionalmente os produtos e serviços das empresas do setor atuantes em Santa Catarina, por meio de missões comerciais, participação em eventos, apoio a publicações e outras formas de divulgação.

Art. 5° As ações do Programa Santa Catarina Games e Entretenimento Digital - SC GAMES serão implementadas por meio de editais públicos, acordos e convênios de cooperação técnica e econômica, em parceria com a União, Municípios e seus órgãos ou entidades e, ainda, com organizações públicas, entidades e instituições privadas.

Art. 6° O Programa Santa Catarina Games e Entretenimento Digital - SC GAMES será executado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI).

Art. 7° Será formada Comissão Gestora do Programa, cuja presidência será exercida pelo Secretário da SCTI, composta por 9 (nove) membros titulares e seus respectivos suplentes, os quais serão indicados pelo gestor competente de cada órgão divididos da seguinte forma:

I - 3 (três) servidores da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI);

II - 1 (um) servidor da Fundação Catarinense de Cultura (FCC);

III - 1 (um) servidor da Secretaria de Estado da Educação (SED);

IV - 1 (um) servidor da Secretaria Executiva de Articulação Internacional (SAI);

V - 1 (um) servidor da Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE);

VI - 1 (um) servidor do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC);

VII - 1 (um) servidor da InvestSanta Catarina Parcerias e Negócios Estratégicos (InvestSC).

§ 1° Compete ao Secretário da SCTI designar 1 (um) servidor da própria Comissão para exercer as atribuições de Secretário Executivo do Programa Santa Catarina Games e Entretenimento Digital - SC GAMES.

§ 2° Compete ao Secretário Executivo do Programa Santa Catarina Games e Entretenimento Digital - SC GAMES firmar planos de trabalho, convênios, instrumentos de cessão e demais atos necessários à implementação, à execução, ao acompanhamento, à fiscalização e à análise de prestação de contas das ações objeto do SC GAMES.

§ 3° Poderão ser convidadas a colaborar com o SC GAMES e a participar das reuniões da Comissão Gestora do Programa instituições de ensino e pesquisa, associações empresariais, terceiro setor e outras organizações públicas, entidades e instituições privadas interessadas.

Art. 8° Compete à Comissão Gestora do Programa:

I - planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações necessárias à implementação do Programa Santa Catarina Games e Entretenimento Digital - SC GAMES, no Estado;

II - elaborar e desenvolver projetos relacionados com os objetivos do Programa no âmbito da Administração Pública Estadual;

III - buscar e sugerir fontes alternativas de financiamento para o SC GAMES;

IV - buscar apoio e parceria com organizações públicas e privadas;

V - propor medidas que garantam a sustentabilidade do SC GAMES;

VI - documentar, organizar e manter a memória do SC GAMES;

VII - coordenar a elaboração e produção de materiais de divulgação do SC GAMES;

VIII - prestar informações solicitadas pelas instituições não-governamentais envolvidas na implementação do SC GAMES;

IX - avaliar as ações relativas ao SC GAMES, em âmbito estadual;

X - desenvolver projetos de integração estadual às iniciativas nacionais;

XI - estimular a implantação de iniciativas relacionadas ao SC GAMES no âmbito dos Municípios, organizações públicas e entidades, organizações e instituições de caráter privado, subsidiando tecnicamente, financeiramente e socializando experiências bem-sucedidas;

XII - conectar as iniciativas do Programa e as necessidades dos próprios órgãos de governo, em especial, no que tange à adoção de *games* e outras formas de entretenimento digital na capacitação de recursos humanos e em campanhas públicas de divulgação, dentre outros;

XIII - promover a realização de seminários e encontros em parceria com a iniciativa privada, bem como com instituições de ensino e pesquisa, associações empresariais, terceiro setor e outras organizações públicas;

XIV - tratar de qualquer assunto e atividade que esteja relacionado ao Programa.

Art. 9° Os recursos para implementação das ações do Programa serão advindos da Lei Orçamentária, de parcerias firmadas e de outras fontes de recursos permitidas no âmbito da Administração Pública.

Art. 10. O exercício das funções na Comissão Gestora do Programa Santa Catarina Games e Entretenimento Digital - SC GAMES, será considerado serviço de relevante interesse público e social.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de março de 2026.

Deputado **Pepê Collaço**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

_____ * * * _____

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 668/2025

Declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de Garopaba (APAG) e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Protetora dos Animais de Garopaba (APAG), com sede no Município de Garopaba.

Art. 2° O Anexo Único da Lei n° 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de março de 2025.

Deputado **Pepê Collaço**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

“ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....	.....	.....
	GAROPABA	LEIS
.....	.....	.....
	Associação Protetora dos Animais de Garopaba (APAG)	
.....	.....	.....

” (NR)

_____ * * * _____

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 105/2026

Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina, para alterar a sede da Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (ATASC), de Chapecó para Florianópolis, e para revogar o item 34 referente ao Município de Chapecó.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1° Fica alterada a sede da Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (ATASC) de Chapecó para Florianópolis.

Art. 2° O Anexo Único da Lei n° 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Fica revogado o item 34 referente ao Município de Chapecó do Anexo Único da Lei n° 18.278, de 20 de dezembro de 2021.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de março de 2026.

Deputado **Pepê Collaço**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

“ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....	.....	.....
	FLORIANÓPOLIS	LEIS
.....	.....	.....
	Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (ATASC)	6.685, de 1985
.....	.....	.....

” (NR)

CADERNO ADMINISTRATIVO

GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS

PORTARIAS

PORTARIA N° 582, de 25 de março de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR GABRIELA DE OLIVEIRA DA SILVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP MARCOS VIEIRA).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000013474-0

_____ * * * _____

PORTARIA N° 583, de 25 de março de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **NESTOR EMILIO LUERSEN SASSE JUNIOR**, matrícula n°10806, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1° de março de 2026 (GAB DEP ANA CAMPAGNOLO).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000013605-0

_____ * * * _____

PORTARIA N° 584, de 25 de março de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ANA PAULA FURLAN VIEIRA**, matrícula n° 13544, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-85, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1° de abril de 2026. (DL-COLEGIADO DE BANCADA SERRANA).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000013638-6

_____ * * * _____

PORTARIA N° 585, de 25 de março de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR GUILHERME HENRIQUE MARÇAL, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP MARCOS VIEIRA).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000013427-8

_____ * * * _____

PORTARIA N° 586, de 26 de março de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1° de abril de 2026 (GAB DEP EMERSON STEIN)

Matrícula	Nome	Nível
13875	OSNILDA AMORIM	GAB-77
11976	OSVALDO FRANCISCO DOS SANTOS NETO	GAB-73

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000013688-2

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS

AVISOS DE LICITAÇÃO

ERRATA

AO EDITAL DO CONCURSO N°002/2025

2ª Errata ao Edital do Concurso n° 002/2025, que tem por objeto a seleção e premiação de 06 (seis) propostas de exposição em artes visuais (exceto arte generativa e performance) para ocupações artísticas da Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho e incremento do acervo de obras da Alesc.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA ALTERAÇÃO

1.1. A presente errata tem por finalidade alterar o Anexo V - Cronograma, do Edital do Concurso nº 002/2025, nos seguintes termos:

Onde se lê:

FASE	CRONOGRAMA	PRAZO
1	Período de inscrição	05/01/2026 a 24/02/2026
2	Prazo para impugnação do Edital	até 19/02/2026
3	Resultado da fase de julgamento (análise de mérito e habilitação).	Até 25/03/2026
4	Prazo para recurso da fase de julgamento (análise de mérito e habilitação)	3 (três) dias úteis, contados do dia útil seguinte à publicação do resultado da FASE 3.
5	Resultado dos recursos da fase de julgamento (análise de mérito e habilitação)	Até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil seguinte ao prazo máximo para apresentação de recurso da FASE 4.
6	Resultado final	Até 2 (dois) dias úteis contados do resultado do julgamento de recurso da FASE 5.
7	Execução do Objeto do Edital (exposição)	Data inicial e prazo de exibição (entre 10 e 30 dias) a ser definido pela Alesc.
8	Doação da obra	Da abertura até o fim da exposição.
9	Pagamento do Prêmio	Até 30 (trinta) dias, após aceite emitido pela Gerência Cultural.

Leia-se:

FASE	CRONOGRAMA	PRAZO
1	Período de inscrição	05/01/2026 a 24/02/2026
2	Prazo para impugnação do Edital	até 19/02/2026
3	Resultado da fase de julgamento (análise de mérito e habilitação).	Até 08/04/2026
4	Prazo para recurso da fase de julgamento (análise de mérito e habilitação)	3 (três) dias úteis, contados do dia útil seguinte à publicação do resultado da FASE 3.
5	Resultado dos recursos da fase de julgamento (análise de mérito e habilitação)	Até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil seguinte ao prazo máximo para apresentação de recurso da FASE 4.
6	Resultado final	Até 2 (dois) dias úteis contados do resultado do julgamento de recurso da FASE 5.
7	Execução do Objeto do Edital (exposição)	Data inicial e prazo de exibição (entre 10 e 30 dias) a ser definido pela Alesc.
8	Doação da obra	Da abertura até o fim da exposição.
9	Pagamento do Prêmio	Até 30 (trinta) dias, após aceite emitido pela Gerência Cultural.

CLAÚSULA SEGUNDA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Edital do Concurso nº 002/2025, que não foram alteradas por esta errata.
Florianópolis/SC, assinado e datado eletronicamente.

Carlos Alberto Leal

Coordenador de Licitações e Contratos

Processo SEI 25.0.000026749-2

_____ * * * _____

ERRATA

AO EDITAL DO CONCURSO N° 001/2026

Errata ao Edital do Concurso n° 001/2026 (2177907), que tem por objeto a seleção e premiação de produções audiovisuais amadoras, produzidas por comunidades escolares, com o tema "Paz nas Escolas", conforme estudos, propostas e conclusões presentes no Relatório Final do Integra, a serem exibidos nos perfis oficiais de comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA ALTERAÇÃO

1.1. A presente errata tem por finalidade alterar os prazos das fases 9 e 10 do Cronograma constante no Anexo VI do Edital de Concurso nº 001/2026 (Processo SEI nº 25.0.000041580-7), publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), cujo recebimento de propostas teve início em 09/03/2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

FASE	EVENTO	PRAZO
1	Período de inscrição	até 29/05/2026
2	Prazo para impugnação e solicitação de esclarecimento do Edital	até 26/05/2026
3	Resultado do julgamento técnico	até 14/08/2026
4	Prazo recurso do julgamento técnico	3 (três) dias úteis, contados do dia útil seguinte à publicação do resultado da Fase 3
5	Resultado recurso do julgamento técnico	Até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil seguinte ao prazo máximo para apresentação de recurso da Fase 4, se houver.
6	Resultado da habilitação	Até 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação do resultado do julgamento de recurso da Fase 5, ou, na hipótese de ausência de recurso, do primeiro dia útil após o término do prazo previsto para sua interposição.
7	Prazo para recurso da	3 (três) dias úteis, contados do dia útil seguinte à publicação do resultado da Fase 6

	habilitação	
8	Resultado do recurso da habilitação	Até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil seguinte ao prazo máximo para apresentação de recurso da Fase 7.
9	Publicação e Homologação do Resultado Final	Até 2 (dois) dias úteis, contados da publicação do resultado do julgamento de recurso da Fase 8 ou, na ausência de recurso, do primeiro dia útil após o término do respectivo prazo recursal.
10	Cerimônia de entrega do prêmio	A ser definido pela Alesc.
Dias úteis, excluídos sábados, domingos, feriados estaduais/nacionais e dias de não expediente administrativo na Alesc.		

Leia-se:

FASE	EVENTO	PRAZO
1	Período de inscrição	até 29/05/2026
2	Prazo para impugnação e solicitação de esclarecimento do Edital	até 26/05/2026
3	Resultado do julgamento técnico	até 14/08/2026
4	Prazo recurso do julgamento técnico	3 (três) dias úteis, contados do dia útil seguinte à publicação do resultado da Fase 3
5	Resultado recurso do julgamento técnico	Até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil seguinte ao prazo máximo para apresentação de recurso da Fase 4, se houver.
6	Resultado da habilitação	Até 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação do resultado do julgamento de recurso da Fase 5, ou, na hipótese de ausência de recurso, do primeiro dia útil após o término do prazo previsto para sua interposição.
7	Prazo para recurso da habilitação	3 (três) dias úteis, contados do dia útil seguinte à publicação do resultado da Fase 6
8	Resultado do recurso da habilitação	Até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil seguinte ao prazo máximo para apresentação de recurso da Fase 7.
9	Publicação e Homologação do Resultado Final	**Até o dia 30/10/2026**

10	Cerimônia de entrega do prêmio	**08/12/2026**
Dias úteis, excluídos sábados, domingos, feriados estaduais/nacionais e dias de não expediente administrativo na Alesc.		

CLAÚSULA SEGUNDA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Edital do Concurso n° 001/2026, que não foram alteradas por esta errata.

Florianópolis/SC, assinado e datado eletronicamente.

Roberto Carlos Garcia

Coordenador de Gestão e Publicidade

Carlos Alberto Leal

Coordenador de Licitações e Contratos

Processo SEI 25.0.000041580-7

EXTRATOS

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2022

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADA: Oracle do Brasil Sistemas Ltda.

CNPJ: 59.456.277/0001-76.

OBJETO: 1.1. O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 25/05/2026 até 24/05/2027. 1.2. Considerando a prorrogação de vigência prevista no item 1.1 deste Termo Aditivo, registra-se que o Contrato nº 024/2022 atingirá o prazo máximo de 60 (sessenta) meses de vigência, limite estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, razão pela qual não poderá ser objeto de novas prorrogações após o término do período ora prorrogado.1.3 Registra-se ainda, a solicitação de reajuste apresentada pela contratada (2158826), nos termos do item "6.2" do Contrato Original (2158821) e da autorização administrativa constante no Despacho SEI (2163354). 1.3.1. O reajuste será formalizado por meio de termo de apostilamento, tão logo seja possível a apuração dos índices referentes ao período de maio/2025 a abril/2026, com efeitos a contar de 25/05/2026.

VIGÊNCIA: O presente termo entra em vigor na data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 16/03/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Brian Venceslau Michalski, Diretor de Tecnologia e Informação; e João Carlos Orestes, Representante Legal.

Processo SEI 26.0.000007195-0

_____ * * * _____

EXTRATO DO 7° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 040/2022

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADA: AV Mídia Locações Ltda.

CNPJ: 04.679.255/0001-83.

OBJETO: O termo aditivo tem por objeto a alteração quantitativa do objeto do Contrato n° 040/2022, mediante a supressão do Grupo 2, e o acréscimo no quantitativo do item 3 do Grupo 3.

VALOR GLOBAL: R$1.636.002,23 (um milhão, seiscentos e trinta e seis mil e dois reais e vinte e três centavos).

VIGÊNCIA: O presente termo entra em vigor na data de sua assinatura, permanecendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original.

DATA DA ASSINATURA: 25/03/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Lívia Rodrigues Vicentin Espíndola, Coordenadora de Eventos; e Ingrid Lore Bachmann Cordeiro, Representante Legal da Contratada.

Processo SEI 26.0.000008459-9

_____ * * * _____

EXTRATO DO CONTRATO N° 20/2026

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADA: Fabiana Nogueira Caetano Mina.

CPF: 044.051.519-03.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é Contratação da palestrante Fabiana Nogueira Caetano Mina, para proferir a palestra Pedagogia da Autonomia e Escolas Lixo Zero, durante os Seminários: Horta e Compostagem em Ambientes Escolares para serem realizados de forma presencial nos municípios de Rio do Sul, Garopaba e Jaraguá do Sul, nos dias 16 de março, 6 de abril e 10 de abril de 2026, respectivamente.

VALOR GLOBAL: R$3.023,76 (três mil e vinte e três reais e setenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 6 meses contados da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 13/03/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Alexandre Lencina Fagundes, Diretor da Escola do Legislativo; e Fabiana Nogueira Caetano Mina, Palestrante.

Processo SEI 26.0.000004432-5

_____ * * * _____

EXTRATO DO CONTRATO N° 21/2026

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADO: Germano Güttler.

CPF: 633.249.549-91.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação do palestrante Germano Güttler, para proferir a palestra Método Lages de Compostagem, durante os Seminários: Horta e Compostagem em Ambientes Escolares, previstos para serem realizados de forma presencial nos municípios de Rio do Sul, Garopaba e Jaraguá do Sul, nos dias 16 de março, 6 de abril e 10 de abril de 2026, respectivamente.

VALOR GLOBAL: R$3.028,83 (três mil e vinte e oito reais e oitenta e três centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 6 meses contados da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 13/03/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Alexandre Lencina Fagundes, Diretor da Escola do Legislativo; e Germano Güttler, Palestrante.

Processo SEI 26.0.000004432-5

_____ * * * _____

EXTRATO DO CONTRATO N° 22/2026

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADA: A Vida é Uma Arte Produção Artística e Ambiental LTDA.

CNPJ:46.220.718/0001-94.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação do palestrante Júlio César Maestri, para ministrar o workshop Sensibilização e Prática: Por Dentro da Compostagem e a palestra Horta Pedagógica: Ampliando os Sentidos, durante os Seminários: Horta e Compostagem em Ambientes Escolares, previstos para serem realizados de forma presencial nos municípios de Rio do Sul, Garopaba e Jaraguá do Sul, nos dias 16 de março, 6 de abril e 10 de abril de 2026, respectivamente.

VALOR GLOBAL: R$5.075,13 (cinco mil e setenta e cinco reais e treze centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 6 meses contados da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 13/03/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Alexandre Lencina Fagundes, Diretor da Escola do Legislativo; e Júlio César Maestri, Palestrante.

Processo SEI 26.0.000004432-5

_____ * * * _____

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 19/2026

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADA: Fabiana Nogueira Caetano Mina

CPF: 044.051.519-03.

OBJETO: Contratação da palestrante Fabiana Nogueira Caetano Mina, para proferir a palestra Pedagogia da Autonomia e Escolas Lixo Zero, durante os Seminários: Horta e Compostagem em Ambientes Escolares para serem realizados de forma presencial nos municípios de Rio do Sul, Garopaba e Jaraguá do Sul, nos dias 16 de março, 6 de abril e 10 de abril de 2026, respectivamente.

VALOR GLOBAL: R$3.023,76 (três mil e vinte e três reais e setenta e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 12/03/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Alexandre Lencina Fagundes, Diretor da Escola do Legislativo; e Carlos Alberto Leal, Coordenador de Licitações e Contratos.

Processo SEI 26.0.000004432-5

_____ * * * _____

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 20/2026

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADO: Germano Güttler.

CPF: 633.249.549-91

OBJETO: Contratação do palestrante Germano Güttler, para proferir a palestra Método Lages de Compostagem, durante os Seminários: Horta e Compostagem em Ambientes Escolares, previstos para serem realizados de forma presencial nos municípios de Rio do Sul, Garopaba e Jaraguá do Sul, nos dias 16 de março, 6 de abril e 10 de abril de 2026, respectivamente.

VALOR: GLOBAL: R$3.028,83 (três mil e vinte e oito reais e oitenta e três centavos).

DATA DA ASSINATURA: 12/03/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Alexandre Lencina Fagundes, Diretor da Escola do Legislativo; e Carlos Alberto Leal, Coordenador de Licitações e Contratos.

Processo SEI 26.0.000004432-5

_____ * * * _____

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 21/2026

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADA: A Vida é Uma Arte Produção Artística e Ambiental LTDA.

CNPJ: 46.220.718/0001-94

OBJETO: Contratação do palestrante Júlio César Maestri, para ministrar o workshop Sensibilização e Prática: Por Dentro da Compostagem e a palestra Horta Pedagógica: Ampliando os Sentidos, durante os Seminários: Horta e Compostagem em Ambientes Escolares, previstos para serem realizados de forma presencial nos municípios de Rio do Sul, Garopaba e Jaraguá do Sul, nos dias 16 de março, 6 de abril e 10 de abril de 2026, respectivamente.

VALOR GLOBAL: R$5.075,13 (cinco mil e setenta e cinco reais e treze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 12/03/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Alexandre Lencina Fagundes, Diretor da Escola do Legislativo; e Carlos Alberto Leal, Coordenador de Licitações e Contratos.

Processo SEI 26.0.000004432-5

_____ * * * _____

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 24/2026

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADA: We Gov - Treinamento para Gestão Pública LTDA ME.

CNPJ:.21.922.841/0001-26.

OBJETO: Inscrição dos servidores Deluana Buss e Rony Alves de Ramos para participar do curso 15° Redes WeGov, no formato presencial, em Florianópolis/SC, nos dias 28 e 29 de abril de 2026.

VALOR GLOBAL: R$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 25/03/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Oberdan Francisco Ferrari, Diretor de Gestão de Pessoas; e Carlos Alberto Leal, Coordenador de Licitações e Contratos.

Processo SEI 26.0.000007043-1

_____ * * * _____

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 271/2026

CREDENCIANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CREDENCIADA: CREDENCIADA: Rádio Regional Ltda. EPP (Rádio Regional Fm)

CNPJ: 03.897.715/0001-87

OBJETO: O objeto do presente instrumento é o credenciamento de emissoras de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM e, em frequência modulada, categoria RÁDIO FM, com abrangência comprovada no Estado de Santa Catarina, para veiculação de programetes institucionais da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, de segunda a sexta-feira na faixa horária compreendida das 6h às 20h, na seguinte categoria:

Categoria	Valor unitário
A	Conforme Anexo II do Edital de Chamamento Público de Credenciamento n° 001/2025

VIGÊNCIA: 25/03/2026 até 01/08/2030

DATA DA ASSINATURA: 25/03/2026.

SIGNATÁRIOS: Roberto Carlos Garcia, Coordenador de Gestão e Publicidade; Guido Hernan Schvartzman, Representante Legal; e Elizete Rocha, Representante Legal

Processo SEI 26.0.000009318-0

* * *